

**DIAGNÓSTICO SOBRE A IV CNPM E V CPM (2015-2025): UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO DA PERCEPÇÃO DE MULHERES DE CAMPINAS-SP**

STELA CRISTINA DE GODOI

OBSERVATÓRIO PUC-CAMPINAS Campinas-SP, 2025

**OBSERVATÓRIO PUC-CAMPINAS E FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

Prof.^a Dr.^a Stela Cristina de Godoi

**DIAGNÓSTICO SOBRE A IV CNPM E V CMPM (2015-2025):
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA PERCEPÇÃO DE MULHERES DE
CAMPINAS-SP**

**Relatório Técnico Científico
apresentado ao Conselho Municipal dos
Direitos da Mulher (CMDM)**



Campinas-SP

31 de outubro de 2025

SUMÁRIO

1. Resumo	3
2. Introdução	4
3. Objetivos	9
4. Metodologia	9
5. Discussão dos resultados	19
6. Considerações finais	34
7. Referências	36
8. Fontes	36
9. Apêndices	38
a. Apêndice A: Roteiro do grupo focal	38
b. Apêndice B: Formulário “Perfil das participantes e declaração de ciência”	42
c. Apêndice C: Declaração de aceite para uso das informações	45
10. Anexos	46
a. Anexo A: “Resumo das deliberações produzido pela Comissão Organizadora da V Conferência municipal de políticas públicas para as mulheres (CMPPM). Campinas, 2015)”	46

1. RESUMO

O presente diagnóstico partiu do interesse da atual gestão do CMDM em realizar um balanço sobre as percepções das mulheres do município acerca dos avanços e retrocessos em relação aos temas pautados na última Conferência Municipal e Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, ficando a cargo da Comissão de Educação organizar junto à Universidade a proposta de uma ação em parceria.

Esse interesse partiu da observação do próprio regimento interno. De acordo com o Capítulo VII, Art. 26 da RESOLUÇÃO CMDM nº 01/2014, no contexto de preparação da Conferência Municipal, em consonância com as Conferências Estadual e Nacional, cabe a essa instituição participativa: **I** - Avaliar as ações desenvolvidas pelo Município; **II** - Realizar diagnóstico da situação da mulher; e **III** - Estabelecer diretrizes e prioridades para o planejamento das políticas e ações do governo municipal dirigidas às mulheres.

Assim, tendo em vista essa disposição regimental, na reunião ordinária do CMDM em 12/03/2025 foi aprovada a realização do presente diagnóstico em parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e o Observatório PUC-Campinas visando avaliar a percepção das mulheres de Campinas em 2025 sobre os temas debatidos em 2016, na IV CNPM e V CPM: i) participação social em coletivos e movimentos sociais; ii) estrutura institucional e políticas públicas para mulheres; iii) sistema político e representatividade feminina nos espaços de poder e decisão.

A metodologia foi embasada na abordagem qualitativa das Ciências Sociais para a análise das percepções, empregando a técnica dos grupos focais exploratórios para a coleta dos dados, além da análise documental. Para a seleção das participantes dos grupos focais foi utilizada a estratégia da amostragem intencional em rede. O *corpus* composto por documentos e transcrições dos grupos focais on-line foi tratado com o apoio do software IRaMuTeq, através do qual realizou-se, Análise Fatorial de Correspondência (AFC), a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análise de Especificidade Lexical.

As análises realizadas apontam para a importância da ampliação dos mecanismos de participação social nos territórios e do fortalecimento das instituições participativas previstas na Constituição Federal de 1988, tais como Conselhos e Conferências de Políticas Públicas. Além disso, o diagnóstico identificou desafios a serem debatidos pela sociedade e enfrentados pela gestão pública municipal de Campinas, tais como o

enfretamento da violência contra a mulher, a sobrecarga das mulheres com as atividades de cuidado e a falta de informação sobre as articulações entre os entes nacional, estadual e municipal na implementação de políticas públicas para as mulheres.

Palavras-chaves: Mulheres. Conferência. Políticas Públicas. Participação Social.

2. INTRODUÇÃO

O presente relatório visa apresentar os resultados do diagnóstico realizado entre março e junho de 2025 pelo Observatório PUC-Campinas e a Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em parceria com o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (CMDM) da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC).

O diagnóstico buscou avaliar a percepção de mulheres - trabalhadoras da educação, da proteção social e militantes sindicais - acerca da participação social feminina, das políticas públicas para as mulheres e da representatividade feminina nos espaços de poder e decisão. O levantamento e análise dos dados buscou subsidiar a atuação do CMDM ao longo da preparação e avaliação da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres (VI CPM), instância de participação social que não ocorria a quase 10 anos, em nível nacional.

O contexto de enorme instabilidade social, política e institucional vivido pela sociedade brasileira entre 2016 e 2025 ajudam a entender o longo intervalo desde a última Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres até a realização da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como justificam o interesse da atual gestão do CMDM (2023-2025) em compreender como os temas debatidos em 2016 eram percebidos pelas mulheres do município.

Assim, antes de apresentar a metodologia empregada no levantamento, tratamento e análise dos dados deste diagnóstico é importante situar o tema no debate mais amplo sobre o papel dos conselhos e conferências de políticas públicas na teoria democrática e no Estado brasileiro.

O debate sobre a descentralização política e a participação social no Brasil está atravessado pela memória das práticas patrimonialistas que deixaram legados estruturais na política brasileira. O poder local, em um contexto regido por lógicas patrimonialistas, impôs-se como um obstáculo para uma gestão pública impessoal e baseado na participação popular. Assim, não seria exagero afirmar que no pacto federativo de 1988 a

questão da governança municipal e da participação social dos territórios assumiu um significado de prevenção às práticas patrimonialistas e de garantia da democratização (Nascimento; Grin, 2021; Arretche, 1999).

De modo geral, pode-se afirmar que a recuperação das bases federativas do Estado brasileiro com a redemocratização política nos anos 1980 e 1990 trouxe alterações profundas na natureza das relações intergovernamentais e do Estado com a sociedade civil. Ainda que a participação social de parcelas da sociedade civil organizada não se inicie com a Nova República, remontando segundo Lavallo e Szwarko (2015) as associações de auxílio ou socorro mútuo no século XIX, neste novo cenário as relações entre o Estado e a sociedade civil são reconfiguradas ampliando a participação social por meio de mecanismos institucionalizados:

Em paralelo e junto à redemocratização política, uma quantidade cada vez maior de atores sociais passou a travar diferentes modalidades de interação com autoridades legislativas, executivas e judiciárias, de modo a ampliar as chances de serem institucionalmente incorporadas suas demandas. (...) da proliferação de instâncias participativas à configuração de políticas setoriais em áreas como saúde (SUS) ou habitação (Estatuto da Cidade, Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social), da formação de subcampos específicos de políticas (campo da saúde da população negra ou dos direitos da criança e do adolescente) às inúmeras disposições que tornam obrigatória a validação social de investimentos de grande porte mediante audiências e outros dispositivos de incorporação da perspectiva dos afetados. (Lavallo; Szwarko, 2015, p. 158)

Esse reflorescimento da sociedade civil que marca a redemocratização política foi acompanhado de uma renovação nos estudos sobre participação social tendo em vista a arena política pluralizada. Buscando superar as limitações do conceito de instituições políticas herdado das teorias democráticas do século XX, no interior destes novos flancos de investigação conceituou-se instituições participativas. Para Avritzer (2008):

Em contraposição a essa maneira de conceber a participação lançamos o conceito de instituições participativas. Por instituições participativas entendemos formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas (Avritzer, 2008, p. 45)

O autor diferencia três formas através das quais cidadãos e associações da sociedade civil podem participar do processo de tomada de decisão política. A primeira forma é o desenho participativo de baixo para cima, como o orçamento participativo. A segunda maneira de constituição de instituições participativas é através de um processo de partilha do poder, ou seja, através da constituição de uma instituição, como os conselhos

municipais, na qual atores estatais e atores da sociedade civil participam simultaneamente. Diferente da primeira forma constituída de baixo para cima, essa se distingue, pois não incorpora um número amplo de atores sociais e porque é determinado por lei. A terceira forma descrita por Avritzer (2008) é aquele em que os atores da sociedade civil não participam diretamente, mas são chamados para referendar um processo decisório, como no caso do plano diretor. Assim, o autor observa que as instituições participativas variam na sua capacidade de democratizar o governo.

Pode-se afirmar, ademais, que a presença de espaços de participação em diferentes escalas de governo é central para a garantia de legitimidade da autoridade do Estado. Para a teoria democrática contemporânea, tanto em sua vertente deliberativa quanto participativa, a legitimidade das decisões políticas emerge da presença de espaços participativos, como os conselhos e conferências de políticas públicas (Faria; Silva; Lins, 2012).

Assim, a Constituição Federal de 1988 deu nova centralidade para as instâncias participativas. Fundos, conferências e conselhos tornaram-se a vértebra de sistemas institucionais de participação e deliberação em diversas áreas de políticas públicas. A pesquisa realizada por Almeida e Tatagiba (2012) identificou um total de 541 conselhos em funcionamento na esfera estadual, com uma média de vinte conselhos por estado. No caso do Conselho da Mulher, 77% dos estados brasileiros já haviam criado essa institucionalidade na década passada, segundo as pesquisadoras.

Os conselhos são fundamentais para impulsionar e organizar as conferências de políticas pública. As conferências são espaços de interação entre Estado e sociedade civil que pode empurrar o processo de formulação de políticas públicas para a garantia de direitos. Contudo, a organização e articulação exigida para sua realização, entre os diferentes entes subnacionais e os territórios de cada unidade de governo, não é trivial:

Neste sentido, as conferências constituem espaços de participação e de deliberação que requerem esforços diferenciados, tanto de mobilização social, quanto de construção da representação social e do diálogo em torno da definição de uma determinada política pública. Essa diferenciação de formas de ação – participação, representação e deliberação – presentes na dinâmica de uma conferência, bem como a tentativa de integrá-las, coloca desafios não só analíticos como práticos (Faria; Silva; Lins, 2012, p. 250).

Nas conferências essas três formas de ação - participação, representação e deliberação - devem se dar de modo integrado. A participação implica ofertar condições

e promover a inclusão de diferentes grupos da população no processo de discussão. A representação envolve a escolha de delegadas eleitas na própria conferência, as quais se supõe serem indicadas para agir em nome do conjunto da população interessada. E, por fim, a deliberação pressupõe que as decisões são tomadas com base em justificativas publicamente aceitáveis.

Embora as Conferências Nacionais de Políticas Públicas existam desde 1947, esse mecanismo de participação floresceu sobretudo a partir dos governos de Lula e Dilma na Nova República. No caso das conferências da mulher, a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) ligadas à presidência da República foi fundamental para impulsionar esse processo.

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM) - *“Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”* - ocorreu em 2004, no primeiro Governo Lula (2003-2006), e visava propor diretrizes e propostas para a I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM). Os eixos temáticos da I CNPM foram: i) Autonomia e igualdade no mundo do trabalho; ii) Educação inclusiva, não sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; iii) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; iv) Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; e v) Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Em 2007 ocorreu a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM) - *“Desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do PNPM e avaliação das ações e políticas propostas no PNPM. E a participação das mulheres nos espaços de poder”* - e propôs a avaliação e aperfeiçoamento o I PNPM. Os eixos temáticos da II CNPM foram: i) Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta; ii) Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; iii) Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatória; iv) Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; v) Enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas; e vi) Gestão e monitoramento do Plano.

A III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (III CNPM) - *“Autonomia e igualdade para as mulheres”* - ocorreu em 2011 durante o início do primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014) e embora não tenha constituído um novo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, aprovou 91 deliberações centrais para a garantia

da autonomia das mulheres, distribuídas nos seguintes eixos: i) Autonomia econômica e social; ii) Autonomia pessoal; iii) Autonomia cultural; e iv) Autonomia política.

Em 2016, no calor dos acontecimentos que levaram à deposição da presidenta Dilma Roussef ocorreu a IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (IV CNPM) - “*Mais direitos, participação e poder para as mulheres*”. A IV CNPM abriu os trabalhos em 10 de maio de 2016, dois dias antes do Senado aprovar a abertura do pedido de impeachment, que levou à cassação do mandato da presidenta Dilma Roussef em 31 de agosto de 2016. O principal resultado pretendido pelas conferencistas, a criação de um “Sistema Nacional de Política para as Mulheres”, também ficou suspenso.

A V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (V CNPM), simboliza, portanto, a retomada de um ambiente democrático favorável ao reflorescimento da participação social e da busca de incidência política pelas mulheres. Com o tema “*Mais democracia, mais igualdade, mais conquistas para todas*”, a V CNPM ocorreu entre 29 de setembro e 01 de outubro de 2025, reafirmando os princípios orientadores das quatro edições anteriores: autonomia, igualdade, diversidade, laicidade, universalidade, participação e transversalidade.

Ao longo destes 21 anos de história das conferências das mulheres, o Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres se constituiu como um órgão oficial de representação da agenda política de interesse das mulheres, com grande capacidade de mobilização em nível nacional. Todavia, não são pequenas as dificuldades enfrentadas pelos conselhos no âmbito estadual e municipal para mobilizar as mulheres e formar a opinião pública.

Apesar da força deste modelo de participação estruturado desde a Constituição de Federativa do Brasil de 1988, os estudos têm demonstrado que essa arquitetura participativa “*tem esbarrado em limites que muitas vezes esvaziam ou restringem seus potenciais democratizantes (...), [demonstrando] baixa capacidade para incidir nas correlações de força que conformam o jogo político em suas áreas específicas*”. (Almeida e Tatagiba, 2012, p.71).

No caso das políticas para as mulheres, a frágil ancoragem institucional e as disputas pela apropriação da “questão social da mulher”, subtraídas da condição de sujeito de direitos e de agente de suas próprias lutas para uma cidadã tutelada, enfraquecem a

capacidade dos conselhos da mulher de efetivamente democratizarem as políticas públicas.

Tendo em vista o objetivo de contribuir para o fortalecimento da participação social feminina, esse diagnóstico avaliou a percepção de mulheres de Campinas através de três grupos focais realizados com educadoras, sindicalistas e trabalhadoras da rede socioassistencial, adotando os quatro eixos temáticos debatidos em 2016, na IV CNPM, como o roteiro o grupo focal.

3. OBJETIVOS

a. Objetivo Geral

O estudo guiou-se pelo objetivo de levantar dados sobre a percepção de mulheres de Campinas acerca dos temas debatidos na IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) em 2016, tendo em vista o interesse do CMDM em planejar suas ações estratégicas ao longo da realização das etapas municipal, estadual e nacional da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que ocorreu de 29 de setembro a 1º de outubro de 2025 em Brasília-DF.

b. Objetivos Específicos

Compreender a percepção de mulheres de Campinas, que não tinham tido nos últimos 10 anos envolvimento direto com o CMDM, acerca do: i) desempenho do Estado e dos governos na garantia dos direitos das mulheres; ii) da presença e eficácia dos mecanismos de participação social; iii) das políticas públicas para as mulheres; e iv) da presença feminina nos espaços decisório e de poder.

4. METODOLOGIA

a. Introdução teórico-metodológica sobre pesquisa qualitativa e grupo focal

Essa pesquisa exploratória sobre a percepção de mulheres acerca dos temas debatidos na IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2016 se insere no quadro epistemológico das pesquisas qualitativas em Ciências Sociais, tanto no que diz respeito

ao modo de pensar a realidade social estudada, quanto ao desenho e método usado para pensar e coletar dados (Punch, 2021).

Sobre os aspectos epistemológicos envolvidos na pesquisa, Chizzotti (1995) afirma que a pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais se diferencia dos métodos experimentais dominantes nas Ciências Naturais porque trata-se de ciência histórica e interpretativa, nas quais o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito mantem um vínculo indissociável: *“O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações”* (Chizzotti, 1995, p. 79).

Na mesma linha argumentativa, Gondim (2003) afirma que na abordagem qualitativa nas ciências sociais a relação de pesquisa *“é do tipo sujeito-sujeito, ou seja, o que é investigado não é independente do processo de investigação”* (Gondim, 2003, p. 150). A autora ainda complementa que os critérios de qualidade de pesquisa também são distintos. Se para os positivistas e pós-positivistas, que se baseiam em uma abordagem nomotética ou quantitativa, *“a validade interna, a objetividade e a generalização dos resultados que asseguram o status de ciência”*, na pesquisa qualitativa, eminentemente interpretativa, *“os critérios são a compreensão de uma realidade particular, a autorreflexão e a ação emancipatória”* (Gondim, 2003, p. 150).

O grupo focal constitui uma técnica qualitativa amplamente utilizada em pesquisas que buscam compreender percepções, opiniões, atitudes e experiências compartilhadas por um determinado grupo social. Trata-se de uma metodologia centrada na interação entre os participantes, permitindo explorar de forma aprofundada os significados atribuídos a fenômenos sociais, políticas públicas, serviços ou práticas cotidianas. No campo das ciências sociais aplicadas, seu uso tem se mostrado especialmente relevante para captar dimensões subjetivas e coletivas da percepção - dimensões que dificilmente seriam acessadas por métodos quantitativos ou entrevistas individuais.

A técnica do grupo focal vem sendo usada em pesquisa social com abordagem qualitativa desde os anos 20, consolidando-se nos anos 1980. Um grupo focal *“é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”* (Kitzinger, 1994 apud Gatti, 2005, p. 7).

Assim, a principal característica dessa metodologia é o caráter interativo e dialógico do processo de coleta de dados. O pesquisador, atuando como moderador, conduz

discussões em grupo estruturadas em torno de um tema central, promovendo a troca de experiências e a emergência de percepções compartilhadas ou divergentes.

De acordo com Gaskell (2002), o grupo focal não se restringe à coleta de opiniões individuais, mas busca compreender a dinâmica social da construção de significados. Assim, os discursos produzidos durante o encontro revelam não apenas o conteúdo das percepções, mas também o modo como elas são negociadas, legitimadas e contestadas no espaço coletivo da conversa. Dessa forma, diferente das entrevistas grupais, no grupo focal, a unidade de análise é o próprio grupo e não os indivíduos singularmente: *“Se uma opinião é esboçada, mesmo não sendo compartilhada por todos, para efeito de análise e interpretação dos resultados, ela é referida como do grupo”* (Gondim, 2003, p. 151).

Na análise de percepção, os grupos focais são empregados para identificar como determinados sujeitos percebem, interpretam e avaliam políticas, programas, serviços públicos, produtos ou experiências sociais. O diálogo coletivo estimula a reflexividade e o reconhecimento de experiências comuns, o que contribui para a emergência de discursos representativos de percepções sociais mais amplas.

A aplicação do grupo focal requer uma cuidadosa preparação e seu uso na pesquisa qualitativa está relacionado com os pressupostos e premissas do pesquisador, que podem recorrer à técnica para reunir informações necessárias para a tomada de decisão, para promover autorreflexão ou ainda para a exploração de um tema pouco conhecido, visando o delineamento de pesquisas futuras.

Há diferentes modalidades e tipos de grupos focais dependendo dos propósitos e orientações da pesquisa. De acordo com Gondim (2003) há três modalidades de grupos focais: exploratórios, clínicos e vivenciais. Nos grupos focais exploratórios, nos quais essa pesquisa se enquadra, a técnica é utilizada para a produção de conteúdos que, de um ponto de vista teórico, permita a geração de hipóteses para o desenvolvimento de modelos e teorias e, de um ponto de vista prático, proporcione a produção de novas ideias, a identificação de necessidades e expectativas.

Assim, nos grupos focais, o processo envolve, primeiro de tudo, a definição do propósito e a escolha da modalidade. Posteriormente vêm a definição do número de grupos, o perfil dos participantes e a elaboração de um roteiro semiestruturado de discussão. Cada grupo, geralmente composto por 6 a 10 pessoas, é conduzido por um moderador treinado, responsável por garantir a fluidez da conversa e o equilíbrio da

participação. As sessões costumam ter duração média de 1h30 a 2h e são registradas em áudio e/ou vídeo para posterior transcrição e análise. A análise dos dados é realizada por meio de técnicas de análise de conteúdo ou análise temática, que permitem a identificação de categorias emergentes e a interpretação dos sentidos atribuídos pelos participantes. O uso de softwares como o IRaMuTeq, NVivo ou Atlas.ti tem se tornado cada vez mais frequente, facilitando a sistematização e o tratamento dos discursos coletados.

b. Procedimentos de pesquisa adotados no presente diagnóstico

Para o levantamento dos dados apresentado neste diagnóstico empregou-se a técnica do grupo focal exploratório para a coleta dos dados. A transcrição suja foi realizada pela ferramenta de transcrição do Word do Office 365 e o tratamento do *corpus* foi executado com o apoio do software IRaMuTeq. Essas técnica e tecnologia foram ao mesmo tempo procedimento de pesquisa e estratégia de vigilância epistemológica para a garantia da objetividade do conhecimento produzido, sem, contudo, renunciar à ideia de Gondim (2003) de que os resultados das pesquisas acadêmicas não devem ser um fim em si mesmo, mas um instrumento para a autoconscientização e ação humana, que exigem dos pesquisadores um comprometimento com a transformação social.

Tendo em vista os objetivos gerais e específicos supracitados, foram organizados e realizados 3 grupos focais exploratórios entre 05/05/25 e 29/05/25 composto por mulheres trabalhadoras inseridas no município como:

- Profissionais da educação;
- Militantes sindicalistas;
- Trabalhadoras da rede socioassistencial privada - OSCs.

Os grupos focais foram realizados no formato on-line síncrono, por meio da plataforma *Teams*, em horário pré-agendado através de mensagens de texto e áudio pelo *Whats App*. As reuniões remotas foram gravadas, durando cerca de 2 horas com cada grupo, totalizando nos três grupos focais aproximadamente 400 minutos de gravação.

Além da transcrição das reuniões gravadas, foi incluído no *corpus* a transcrição de áudios acerca de temas abordados no roteiro, enviados por participantes nos grupos de *Whats App* criados pela pesquisa e no qual já estavam integradas. Esse recurso assíncrono

foi necessário nos casos em que as participantes manifestaram grande dificuldade de conciliação de agendas ou imprevistos que tenha acarretado a saída antecipada da reunião on-line.

No processo de transcrição, primeiro todos os documentos audiovisuais foram transformados em texto e, depois, foi realizada a limpeza dos arquivos retirando as oralidades e informações que permitissem a sua identificação pessoal. Após essas etapas os textos foram utilizados para a composição do *corpus*.

O *corpus* foi construído de modo a poder analisar as convergências e distâncias entre a formulação teórica desenvolvida pelos setores mais mobilizados do movimento feminista e de mulheres que atuava na política formal, em âmbito nacional no contexto do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, e a percepção das mulheres que atuam hoje com a população feminina na rede socioassistencial, nas escolas e em sindicatos no município de Campinas.

Os documentos utilizados foram:

- i. Resumo das Deliberações da Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres (V CMPM), Campinas, 2016.
- ii. Texto Base da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (IV CNPM), Brasília, 2015.
- iii. Transcrição do Grupo Focal Setor Educacional, Campinas, 2025.
- iv. Transcrição do Grupo Focal Setor Sindical, Campinas, 2025.
- v. Transcrição do Grupo Focal Setor Organizações da Sociedade Civil, Campinas, 2025.

Para atender aos critérios de homogeneidade para a análise de conteúdo mediada por tecnologia, o *corpus* foi composto apenas pelos últimos quatro documentos e a análise do documento (i) foi feita manualmente. A codificação foi feita usando os códigos abaixo:

**** *Txt_CNDM2015	-*Tema1Participação -*Tema2Políticas -*Tema3Poder
**** *Txt_SetorEduca2025	-*Tema1Participação -*Tema2Políticas -*Tema3Poder
**** *Txt_SetorSindi2025	-*Tema1Participação

	-*Tema2Políticas -*Tema3Poder
**** *Txt_SetorSoCivil2025	-*Tema1Participação -*Tema2Políticas -*Tema3Poder

O tratamento do *corpus*, com 50 páginas de texto contínuo, foi feito com as ferramentas do software IRaMuTeq, por meio do qual realizou-se as seguintes análises:

- **Análise Fatorial de Correspondência (AFC)** foi utilizada para comparar visualmente os quatro textos de diferentes origens e discutir as distâncias e aderências entre os *subcorpus*.
- **Classificação Hierárquica Descendente (CHD)** (também chamada de classificação de Reinert) foi utilizada para a análise das principais categorias do *corpus*, avaliando a associação entre formas (palavras) e classes resultantes da segmentação textual.
- **Análise de Especificidade Lexical** foi utilizada para determinar as palavras que caracterizam os discursos dos quatro *subcorpus*, visando analisar a especificidade das discussões dos 3 grupos focais realizados em 2025, em comparação com o Texto Base da IV CNPM de 2015 e o resumo das deliberações do V CMPM de 2016.

c. Perfil das participantes da pesquisa

Os grupos focais exploratórios contaram com a participação de 18 mulheres no total, sendo 8 do Setor Educacional (SE), 7 do Setor OSC (SSC) e 3 do Setor Sindical (SS). As participantes do estudo atuavam à época em Campinas, em áreas sensíveis ao problema da mulher, conforme apontam as características apresentadas no *Quadro 1* abaixo.

Quadro 1 – Perfil profissional

Código da Participante da Pesquisa	Área de formação	Atuação profissional atual
SE/AG	Pedagoga	Diretora na Educação Infantil
SSC/ALC	Assistente Social	Trabalhadora da rede socioassistencial

Código da Participante da Pesquisa	Área de formação	Atuação profissional atual
SSC/ALN	Assistente social	Delegacia especializada, tutora em Ensino Superior, Educadora Social e Empreendedora social
SSC/AM	Advogada	Empreendedora social
SE/AN	Filósofa	Professora na rede estadual de ensino
SE/GI	Pedagoga	Diretora na Educação Infantil
SSC/LU	Assistente Social	Trabalhadora da rede socioassistencial
SSC/MA	Filósofa	Trabalhadora da rede socioassistencial
SE/MA	Magistério	Ensino Médio e cursinho na rede privada de ensino
SS/MA	Ensino Médio	Funcionária pública aposentada
SE/MI	Letras	Professora do Ensino Superior
SS/MO	Ensino Médio	Funcionária pública aposentada
SS/PA	Bióloga	Professora do Ensino Médio profissionalizante
SSC/PI	Socióloga	Professora no Ensino Médio.
SE/RA	Pedagoga	Professora aposentada no Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Ensino Superior.
SSC/RE	Advogada e Assistente Social	Professora no Ensino Superior e trabalhadora da rede socioassistencial
SE/RO	Cientista social e historiadora	Professora da rede pública estadual
SE/TA		Professora na rede pública estadual

Figura 1: Quadro produzido para partir das informações coletadas nos grupos focais. Fonte e elaboração própria, 2025.

Após a realização dos grupos focais foi enviado às participantes um formulário eletrônico para que registrassem aceite para o uso das informações coletadas

(APÊNDICE C) e para coletar informações adicionais para a construção de seu perfil social.

As participantes foram recrutadas a partir da rede de relações sociais das conselheiras da atual gestão (2023-2025) do CMDM, através da técnica não-probabilística de amostragem intencional em rede.

O Conselho é composto hoje majoritariamente por mulheres adultas, assim, o *Gráfico 1* abaixo mostra que provavelmente essa característica foi transferida para a amostra, que manteve a mesma composição, com a maioria das participantes na faixa dos 30 aos 59 anos e menor participação de pessoas idosas (60+) e de mulheres jovens (20 a 29 anos).

Gráfico 1 – Perfil Etário

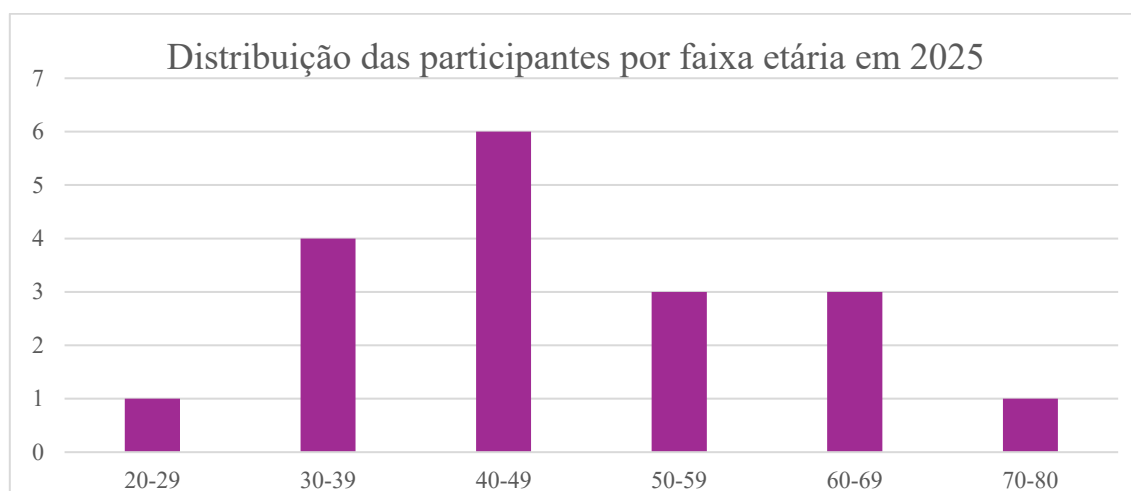


Figura 2: Gráfico produzido a partir de formulário eletrônico. Fonte e elaboração própria, 2025.

Com relação ao local de residência e de trabalho, a maior parte das participantes declararam serem moradoras e trabalhadoras da região Leste de Campinas. Em segundo lugar, encontra-se a região Sul e Norte, como territórios de domicílio ou de atuação profissional. Os dados coletados e apresentados nos *Gráfico 2* e *Gráfico 3* também permitiram observar casos em que as participantes naquele momento residiam em município dormitórios da RMC, mesmo trabalhando em Campinas.

Gráficos 2 – Local de Residência

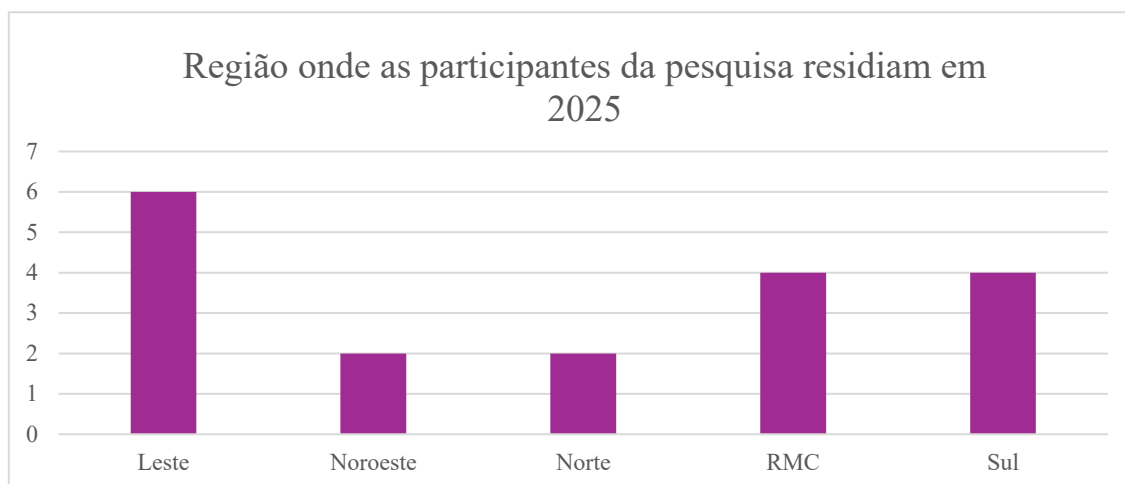


Figura 3: Gráfico produzido a partir de formulário eletrônico. Fonte e elaboração própria, 2025.

Gráfico 3 – Local de Trabalho

Região de Campinas onde atua ou atuou (profissionalmente):

16 respostas

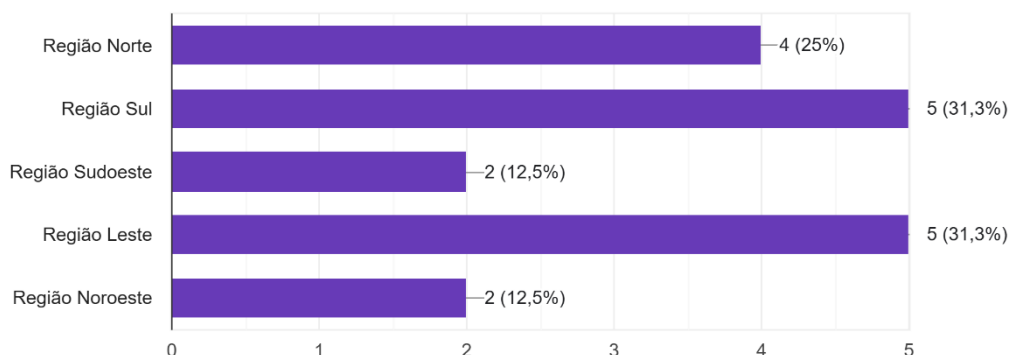


Figura 4: Gráfico produzido a partir de formulário eletrônico. Fonte e elaboração própria, 2025.

Assim, diferente do viés etário identificado na aplicação desta amostragem intencional em rede, as participantes estão bem distribuídas nas regiões de Campinas, apesar da abordagem qualitativa não permitir afirmações acerca da representatividade destes territórios.

Com relação aos marcadores sociais de raça/cor e sexualidade, o Gráfico 4 e o Gráfico 5 abaixo mostram que as participantes dos grupos focais são diversas, com uma distribuição paritária entre brancas e negras e uma predominância maior de orientação

heterossexual, mas com a presença de mulher homossexual e bissexual no conjunto do grupo.

Gráfico 4 – Perfil Racial

Cor/raça
18 respostas

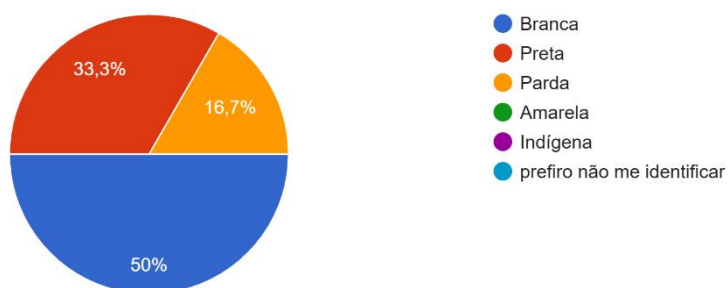


Figura 5: Gráfico produzido a partir de formulário eletrônico. Fonte e elaboração própria, 2025.

Gráfico 5 – Orientação Sexual

Orientação sexual
18 respostas

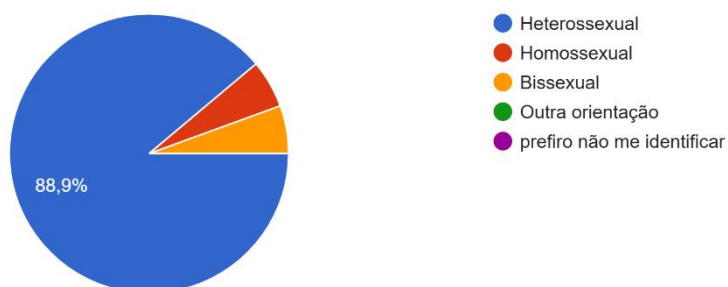


Figura 6: Gráfico produzido a partir de formulário eletrônico. Fonte e elaboração própria, 2025.

Deste modo, a composição da amostra de participantes mostrou-se adequada para o objetivo do diagnóstico pois considerou as interseccionalidades de raça, sexo, idade e território, permitindo extrair observações acerca das percepções de mulheres que não atuaram diretamente no CMDM na última década, mas cujas trajetórias de vida e de trabalho, de diversos modos, as sensibilizou à temática dos direitos das mulheres e da desigualdade de gênero na sociedade brasileira e no município de Campinas.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise do documento “Resumo das Deliberações” da última conferência realizada no município, dez anos antes, evidenciou a preocupação daquela gestão em fazer com que as informações sobre as políticas e serviços públicos alcançassem a população feminina no município. A Comissão Organizadora da V CMPM declarou em documento arquivado na Casa dos Conselhos da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) que:

A Comissão teve o cuidado de explorar o texto e transferir para uma linguagem mais acessível para a compreensão de todas as participantes. Contudo, percebemos que **há um distanciamento**, provavelmente por falta de informações, para difundir os serviços, a política e o despertar da sociedade para questões tão importante que é a equidade de gênero. Paradoxalmente, quando se inicia os debates, **há um reconhecimento** das demandas, por permearem o dia a dia. (Resumo das Deliberações, Comissão Organizadora da V CMPM, Campinas- SP, 2016).

O documento sugere que nos debates descentralizados preparatórios, e na própria V CMPM de Campinas, constatou-se um distanciamento inicial entre o Texto Base (2015) e as mulheres que foram alcançadas na mesma época pela mobilização do CMDM no município. Contudo, segundo a Comissão Organizadora, não se tratava propriamente de um descolamento no conteúdo, mas uma dificuldade de a população feminina apreender o significado político da própria vida cotidiana.

A presente pesquisa reavaliou essas distancias semânticas utilizando a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) para comparar visualmente os quatro textos de diferentes origens e analisar a especificidade das discussões dos Grupos Focais (2025) em comparação com o Texto Base da IV CNPM (2015).

O *Mapa 1* abaixo localiza os quatro *subcorpus*. O plano fatorial é uma representação bidimensional (um mapa) que organiza os elementos de acordo com suas semelhanças e diferenças lexicais. Cada ponto ou rótulo em vermelho no plano é um conjunto de textos produzidos nos grupos focais com mulheres em 2025 (Organização da Sociedade Civil, Educadoras, Sindicalistas) e extraídos do Texto Base da IV CNPM:

- Txt_SetorSocCivil2025 (Organizações da Sociedade Civil) → canto superior esquerdo
- Txt_SetorEduca2025 (Educação) → centro-esquerda
- Txt_SetorSind2025 (Sindicato) → canto inferior esquerdo

- Txt_CNDM2015 (Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, 2015) → canto direito.

Mapa 1 – Discursos em Plano Fatorial

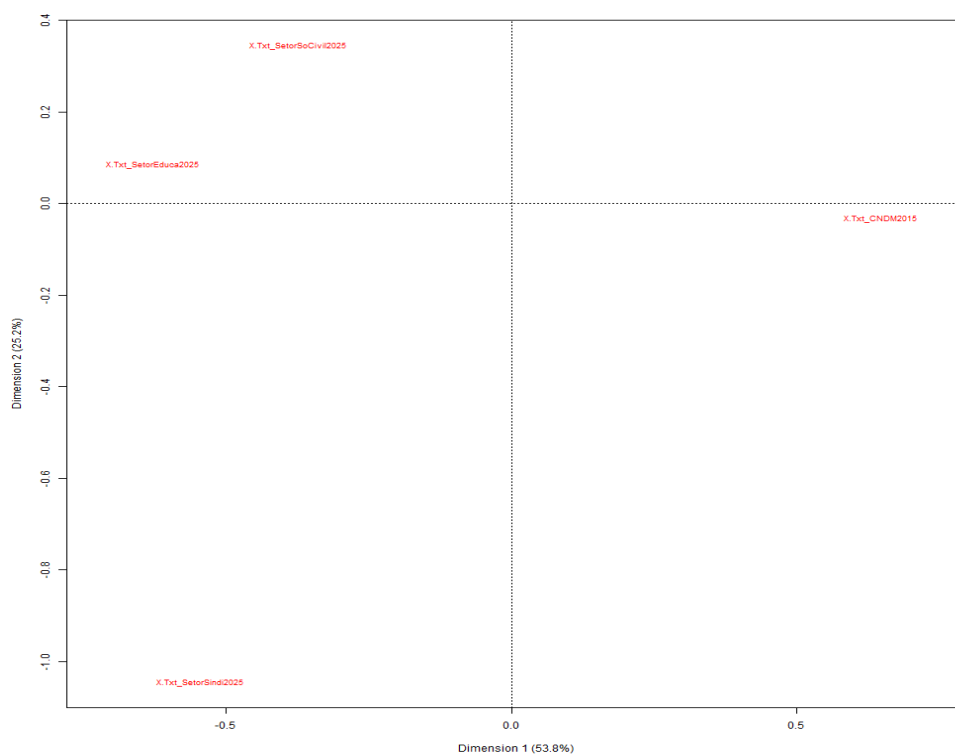


Figura 7: Mapa produzido a partir da análise do corpus no IRaMuTeq. Fonte e elaboração própria, 2025.

No eixo 1 (horizontal) encontra-se o maior percentual (53,8%) de oposição entre os discursos, com os setores locais de 2025 à esquerda e o CNDM de 2015 à direita. Assim, o eixo 1 separa discursos de base setorial e local (educação, sindicatos, sociedade civil) dos discursos ligados ao contexto da IV CNPM realizadas em 2016. Isso indica que o discurso usado no plano nacional é lexicalmente distinto daqueles usados pelos setores locais em 2025.

O eixo 2 (vertical), por sua vez, representa diferenças internas entre os setores da esquerda do gráfico, mostrando uma variação temática dentro dos grupos locais:

- O Setor OSC se distingue por vocabulário mais voltado à participação e mobilização social.
- O Setor Educacional se posiciona de forma intermediária, articulando discursos sobre formação, informação e conscientização.

- O Setor Sindical se diferencia por um vocabulário mais ligado ao trabalho, luta de classes ou reivindicações trabalhistas.

Assim, a Análise Fatorial de Correspondência realizada no *corpus* reiterou as observações da Comissão Organizadora do CMDM em 2016. Contudo, esse estudo sugere que o relativo distanciamento semântico entre o debate que ocorre no plano nacional, nos setores mais mobilizados do movimento de mulheres, e a experiência da população nos territórios pode indicar menos uma distância provocada por falta de informação, e mais uma diferença epistêmica, ou seja, um modo diferente de conhecer a realidade, a partir do cotidiano e da dinâmica social dos territórios, haja vista o caráter integrado e desenvolvido do município de Campinas e a presença dos principais temas nacionais no discurso local.

Ao analisar-se o vocabulário utilizado pelas participantes no conjunto dos 3 grupos focais setoriais, conforme retratado na *Nuvem de Palavras 1* abaixo, pode-se notar que há uma experiência comum das mulheres no município de Campinas.

Nuvem de Palavras 1- Vocabulário formado nos grupos focais com mulheres



Figura 8: Nuvem de palavras produzida pelo tratamento do corpus no IRaMuTeq (Fonte e elaboração própria, 2025).

Após as palavras “mulher” e “Campinas (Cps)”, os termos “movimento”, “espaço”, “coletivo” e “violência”, formam o primeiro escalão de termos mais utilizados, mostrando que as participantes deram bastante centralidade na conversa para a construção de espaços coletivos de lutas e denunciaram a violência que atinge as mulheres. No segundo escalão encontram-se as palavras “política pública”, “direito”, “político”, “homem”, “informação”, “grupo”, que apontam para discussões em torno dos direitos das mulheres e da necessidade de acessar mais informações sobre as políticas públicas, bem como retratam as incursões reflexivas sobre as desigualdades entre homens e mulheres nas estruturas social e política do país.

Diferente da nuvem de palavras que é construída apenas a partir da frequência absoluta da ocorrência de cada palavra, a análise pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD) utilizada para a produção do *Dendograma 1* abaixo considera também a coocorrência dos termos, agrupando trechos de texto que compartilham vocabulário semelhante, formando classes lexicais.

Dendograma 1: Classes lexicais dos grupos focais realizados com mulheres de Campinas

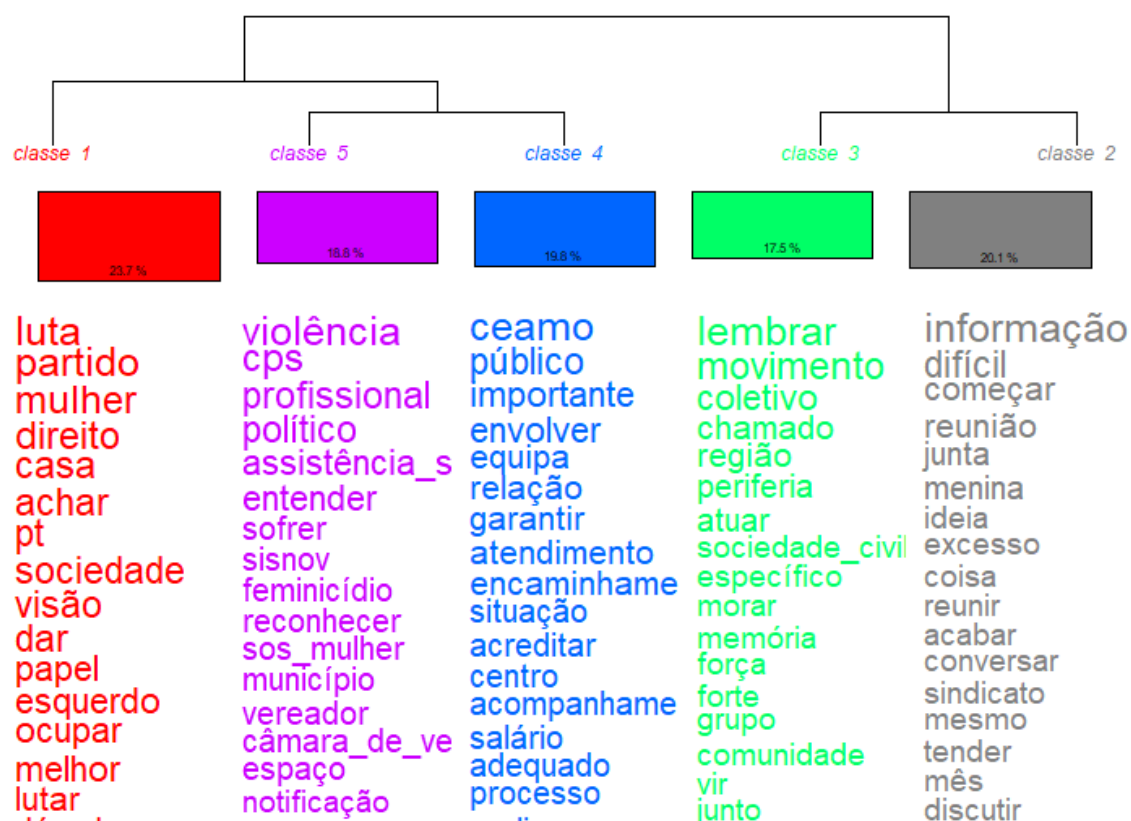


Figura 9: Dendograma produzido a partir da análise do corpus no IRaMuTeq. Fonte e elaboração própria, 2025.

Conforme demonstra o dendrograma acima, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) permitiu identificar cinco campos discursivos principais no *corpus* analisado. As classes 1 e 3 reúnem repertórios lexicais voltados à militância e à ação coletiva, evidenciando o engajamento das mulheres em espaços de luta política e comunitária. As classes 4 e 5, por sua vez, concentram vocabulário técnico e institucional, indicando a presença de discursos relacionados à implementação das políticas públicas e ao enfrentamento da violência de gênero. Por fim, a classe 2 expressa os desafios de comunicação e articulação entre as diferentes esferas de atuação. Essa estrutura discursiva revela tanto a pluralidade de perspectivas quanto as tensões existentes entre os campos político, técnico e social da ação das mulheres em Campinas.

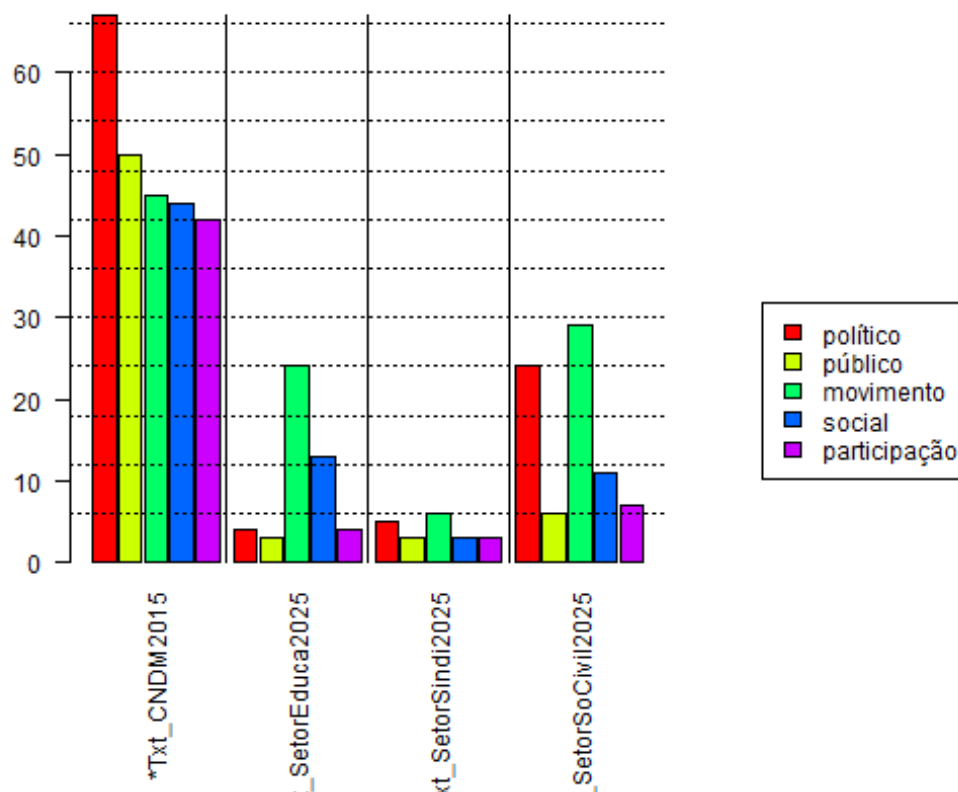
Dentro dessa experiência comum feminina também há espaço para diferentes percepções sobre os temas tratados. A partir do recorte setorial adotado pela pesquisa, seguindo a mesma lógica da composição de representação do Conselho da Mulher, pode-se observar que o setor de atividade no qual a participante se encontra molda sua visão social de mundo.

Para compreender as características mais específicas de cada grupo diante das mesmas temáticas, o presente diagnóstico utilizou a Análise de Especificidade Lexical, para mostrar quais palavras caracterizam cada grupo. A Análise de Especificidade é um procedimento estatístico realizado pelo IRaMuTeq que identifica as palavras significativamente associadas a cada *subcorpus*. Em outras palavras, ela mostra quais termos aparecem com frequência significativamente maior em um grupo do que nos demais, revelando o vocabulário característico e o repertório discursivo de cada segmento.

O *Gráfico 6* abaixo mostra quais as 5 palavras mais específicas do discurso Texto Base da IV CNPM em 2015. Pode-se afirmar que no plano nacional, destaca-se o reconhecimento da importância da participação das mulheres nos movimentos sociais, na política pública e no sistema político, ao longo da história. O documento apresenta exemplos de avanços nas políticas públicas para as mulheres, nas várias áreas setoriais e no próprio sistema político. Além disso, aponta os seguintes caminhos: i) impregnação da perspectiva de gênero, transversalizando todas as políticas e ações; ii) ampliação das estruturas institucionais de políticas para mulheres (secretarias, coordenadorias etc.); iii)

coordenação de diretrizes e princípios por meio de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, agregando governos e sociedade civil.

Gráfico 6 – Especificidade do Texto Base da IV CPDM, 2015



O Gráfico 6 mostra, entretanto, que as participantes dos grupos focais em 2025 também se debruçaram sobre os temas do movimento social e do sistema político, sobretudo o Setor das Organizações da Sociedade Civil. Os segmentos de textos mais representativos dos contextos de uso das 3 palavras mais específicas do discurso do Texto Base da IV CNPM (2015) podem ser lidos no *Quadro 2* abaixo:

Quadro 2 – Comparações entre o contexto de uso das palavras mais específicas do Texto Base (CNPM, 2015)

Políticas públicas
“Avaliando os sucessivos Planos elaborados nas outras Conferências se nota que o desenho das políticas públicas para a igualdade de gênero já estão formuladas pelas conferências anteriores, mas mesmo assim estas ainda não atingem o conjunto das mulheres brasileiras [...] Mas também há que se reconhecer que não há no conjunto dos ministérios e das políticas definidas uma apropriação dessa perspectiva feminista [...] Nessa visão, a perspectiva de gênero deveria ser uma corrente principal a perpassar

impregnar e atravessar as políticas e ações a fim de garantir efetivamente igualdade entre homens e mulheres em todos os campos da vida social” (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“Segundo a MUNIC/IBGE em 2013 aproximadamente 27,5% dos municípios brasileiros possuíam estrutura para formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres em 2009 esse percentual era de 18,7 %.” (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“Com vistas ao fortalecimento e aperfeiçoamento da execução de políticas de igualdade de gênero e de garantia de direitos das mulheres os avanços conquistados até hoje poderão ser mais bem articulados se estiverem sob uma mesma coordenação de diretrizes e princípios que agreguem os governos dos entes federados e a sociedade civil. [...] Tendo como parâmetro o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres buscará a adesão de estados e municípios às políticas para as mulheres e deixará de financiar projetos pontuais passando a transferir recursos para sua execução global (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“No quesito instituições e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, entende-se que houve uma melhora na localização e instalação do Centro de Referência e Apoio à Mulher de Campinas, mas ainda carece de aumentar a equipe de atendimento. O grande impasse se dá na estrutura e qualificação da coordenação municipal da Coordenadoria da Mulher. Não existe ali uma equipe de trabalho. Também não se percebe uma interlocução ao menos com o poder executivo e legislativo para promoção das políticas públicas. Tampouco existe uma aproximação com os movimentos sociais. Nesse sentido, se faz necessária a criação da Secretaria Municipal da Mulher.” (Resumo do CMDM acerca das deliberações da V CMPM, 2016)

“Eu vejo que na estrutura institucional de políticas públicas para as mulheres há uma fragilidade muito grande ainda. [...] Faltam metas adequadas e recursos que vão além do paliativo. Quando um serviço tem poucas vagas não é possível atender toda a demanda de um município tão grande como Campinas, portanto, eu acho que as políticas públicas para mulheres ainda são insuficientes aqui. [...] Existem muitos desafios porque outras políticas também estão enfraquecidas e sofrem com orçamentos limitados. Quando precisamos acionar outros setores temos dificuldade. Eu concordo com a colega anterior que falou sobre a saúde que, muitas vezes, foca na doença e não no sujeito, ou na violência e não no sujeito” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).

“Muitas vezes a estrutura institucional está lá para fazer uma “cena” de que tem política para mulheres no município, mas não é um enfrentamento à estrutura da violência, não é um investimento em políticas de empoderamento real das mulheres periféricas, não tem recorte interseccional” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).

“Mesmo a Educação Infantil, que não é ainda totalmente integral, é outra demanda setorial que impacta muito direcionalmente as mulheres. Também as políticas de velhice, quando também somos sobrecarregadas pelo cuidado. [...] E o grande debate da questão do aborto, também é sobre a questão da autonomia dos corpos das mulheres” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).

“Muitas mulheres acham que têm que assumir esses papéis do cuidado, então, eu vejo que esse é um grande problema hoje nas políticas para as mulheres. Muitas políticas públicas são políticas para que as mulheres produzam para o capitalismo. [...] Acredito que enxergando isso hoje talvez tenhamos mais possibilidade de construir políticas realmente para as mulheres, pois creches, salário-creche e Educação Infantil não são” (Grupo Focal Setor Sindical, 2025).

“Por outro lado, se você tem políticas públicas no município voltadas para a mulher que não tem adesão com o governo federal, a sua política pública não vai andar. Eu falo por mim, nós temos falta de conhecimento acerca do programa político do governo federal para as mulheres e por isso nós não conseguiu avançar nesse olhar” (Grupo Focal Setor Educacional, 2025)

Sistema Político

“Há uma participação minoritária das mulheres em cargos de liderança no âmbito dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional e isso se propaga pelas Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores para não citar a ausência feminina nos cargos executivos como governadoras e prefeitas” (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“Esta pluralidade é o que constitui a realidade brasileira e que é representada pelas mulheres que são a maioria do eleitorado brasileiro, no entanto essa situação de realidade não é deslocada e nem representada nos espaços de poder institucionais e políticos notadamente no legislativo e no executivo” (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“Nas últimas décadas o movimento das mulheres brasileiras ganhou novas características e se firmou como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização e de participação política cuja extensão alcança também a luta das mulheres negras rurais e lésbicas contra a opressão de gênero racial e sexual, [...] exigindo a ampliação de seus direitos civis e políticos seja por iniciativa individual seja por meio dos grupos de mulheres” (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“No que se refere ao sistema político com participação das mulheres e igualdade, as recomendações são para execução de medidas específicas para proporcionar maiores condições de engajamento da mulher na esfera política; ratificação da convenção 156 da OIT que trata do compartilhamento de responsabilidades familiares; revisar a PL 130 no Senado acerca da igualdade salarial entre mulheres e homens que realizam as mesmas funções trabalhistas. Incentivar os sindicatos para que cumpram cotas de gênero proporcionais ao número de mulheres nas categorias.” (Resumo do CMDM acerca das deliberações da V CMPM, 2016)

“Pensar na presença das mulheres no sistema político de Campinas é, antes de tudo, reconhecer que nós temos um cenário desigual. Essa sub-representação das mulheres nos espaços de poder não é, para mim, uma coincidência” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).

“Na época tínhamos apenas a Mariana na Câmara de Vereadores, depois Mariana e Guida, depois Mariana, Guida e Paola e agora a Soto. São essas as pessoas que estão pensando políticas para as mulheres aqui em Campinas!” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).

“A proposta feminista de mais representação nesses espaços políticos de poder institucional tem modificado esse quadro. Quando temos uma vereadora, temos uma Comissão da Mulher na Câmara de Vereadores e nossas pautas vão ser olhadas” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).

“Por isso, precisamos pensar nessa ocupação dos espaços de poder porque são essas pessoas que estão ali no sistema político que tem algum tipo de oportunidade de mobilização desses artefatos políticos” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).

“Ocorreu na Câmara de Vereadores de Campinas a semana passada uma votação exemplar para observarmos a participação feminina no quadro político partidário aqui de Campinas no nosso Poder Legislativo, que é de onde partem as políticas públicas para o município e onde as mulheres estão sub-representadas” (Grupo Focal Setor Sindical, 2025).

Movimentos sociais

“As articulações dos movimentos feministas com os movimentos de mulheres para a construção de espaços institucionais empenhados em garantir os direitos das mulheres brasileiras durante o período de 1985 a 2014 propõe um projeto de sociedade equitativa” (Texto-Base do CNDM, 2015).

“Nos últimos 30 anos o movimento feminista e de mulheres brasileiras avançou por todo o território nacional e se constituiu como uma poderosa narrativa de desconstrução das desigualdades históricas estabelecidas entre mulheres e homens (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“A força das mulheres se expressa nos movimentos sociais associações de bairros ou grupos de mães e comunitários sindicatos associações classistas e em inúmeras redes feministas” (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“Nas últimas décadas o movimento das mulheres brasileiras ganhou novas características e se firmou como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização e de participação política cuja extensão alcança também a luta das mulheres negras rurais e lésbicas contra a opressão de gênero racial e sexual” (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“No eixo sobre os Conselhos dos Direitos da Mulher e sobre os movimentos feministas e de mulheres de forma geral, os avanços apontados, se deu no âmbito federal. Muito pelos esforços do Movimento e dos Conselhos indicando políticas públicas emergenciais. Portanto, a construção da Casa da Mulher Brasileira, Lei do Feminicídio foram conquistas e os desafios indicados são: Planos Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres, Construção de um cadastro para mapear a atuação feminina, criação de fundos municipais e fortalecimento das redes da mulher, envolvendo mais entidades públicas e movimentos sociais” (Resumo do CMDM acerca das deliberações da V CMPM, 2016).

“Na minha opinião as dificuldades e os desafios para que as mulheres participem de coletivos movimentos sociais partidos políticos e espaços de deliberação ocorrem em grande parte por causa da sobrecarga que essas mulheres enfrentam” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).

“eu conheço o Movimento das Minas, a Comunidade Menino Chorão e também a Ocupação de mulheres Maria Lúcia Petit Vive, que foi criada para atender mulheres em situação de vulnerabilidade social. Eu acredito que as dificuldades enfrentadas por esses movimentos vêm em grande parte da falta de financiamento e de estrutura” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).

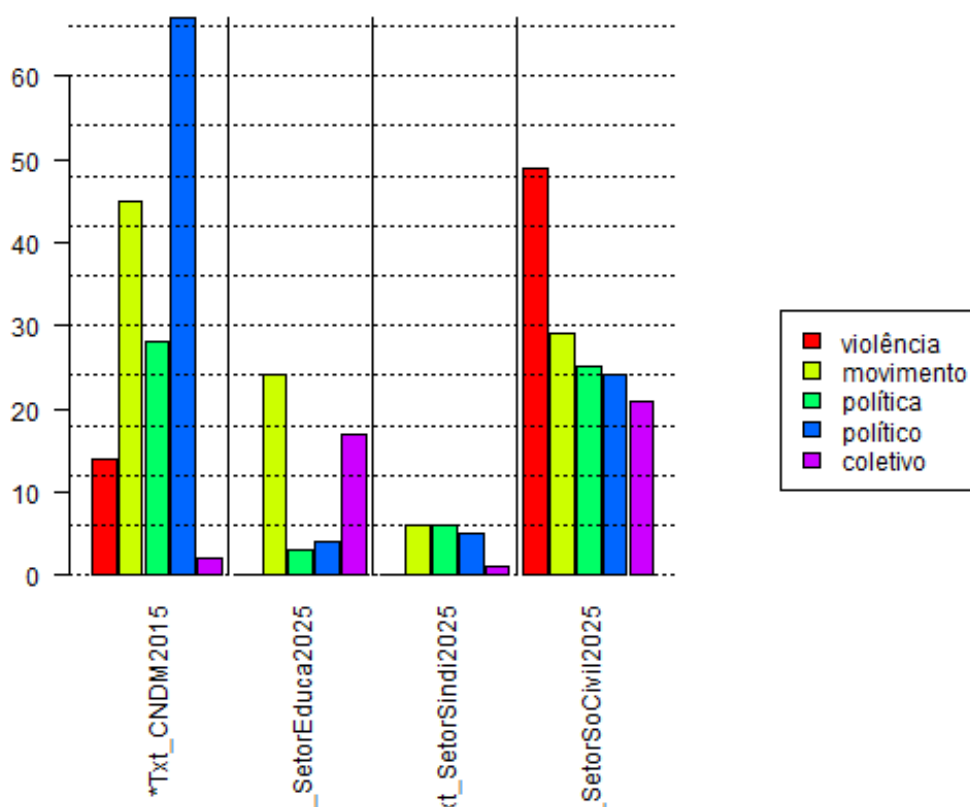
“O contexto político geral não é bom e eu acho que somos nós que precisamos depositar energia no processo. É o movimento social que precisa fazer isso dentro da conferência para ver se conseguimos elaborar algo, fazer pressão e levar o governo” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).

“Eu me lembro de que houve um movimento aqui em Campinas, com a participação de várias mulheres inclusive mulheres da prefeitura. Muitas colegas da prefeitura organizaram uma grande passeata em frente à catedral, algumas mulheres chegaram a se deitar no chão para chamar a atenção. Esse é o único movimento que me vem à cabeça no momento. Eu acredito que estamos com uma participação social um pouco fraca” (Grupo Focal Setor Educacional, 2025).

“Os movimentos sindicais praticamente deixaram de existir e nós não conseguimos ver os sindicatos mobilizando as categorias eu acredito que isso está relacionado ao cenário político social e econômico às influências do neoliberalismo e a outros fatores que compõem essa conjuntura” (Grupo Focal Setor Educacional, 2025).

Contudo, embora o grupo focal realizado com trabalhadores de OSCs tenha mostrado interesse das participantes na discussão sobre os movimentos sociais e a política, o *Gráfico 7* abaixo mostra que o tema da violência contra a mulher estruturou o discurso deste grupo. De acordo com essas participantes, o enfrentamento da violência é prioritário, tanto através da melhoria no sistema de notificações e espaços para encaminhamento no pós-violência no município, quanto por meio de políticas públicas para fomentar a autonomia e o empoderamento feminino.

Gráfico 7 – Especificidade do grupo focal com as OSCs (2025)



O tema da violência foi, em certo sentido, mais bem desenvolvido neste grupo focal em que estavam presentes trabalhadoras de Organizações da Sociedade Civil, mas o *Quadro 3* abaixo evidencia uma forte ressonância desse discurso com outros segmentos, sobretudo com o Texto Base da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres de 2015 e o Resumo das Deliberações da V Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Campinas em 2016.

Quadro 3 – Comparações entre o contexto de uso das palavras mais específicas do Grupo Focal das OSCs (2025)

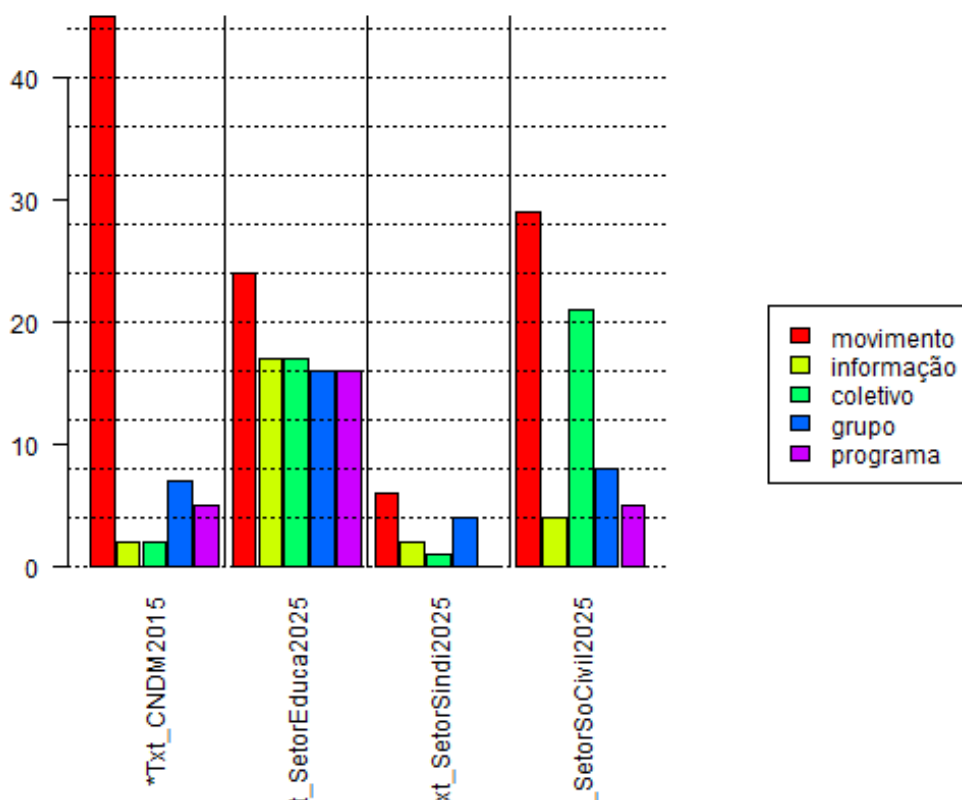
Violência
“No caso das políticas para as mulheres devem ser priorizados os serviços públicos essenciais como a erradicação da violência contra as mulheres o Programa Mulher Viver sem Violência é um bom exemplo do empenho atual da gestão da Secretaria de Políticas para as Mulheres no enfrentamento a violência contra as mulheres.” (Texto Base da IV CNPM, 2015).
“A Casa da Mulher Brasileira se constitui em um espaço de acolhimento e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência e tem como objetivo facilitar o acesso dessas mulheres aos serviços especializados e permitir que elas saiam do ciclo da violência” (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“Ao longo do governo reivindicações históricas do movimento de mulheres e feministas foram concretizadas como a criação da Lei Maria da Penha para combater a violência contra as mulheres [...] e como a Portaria 585 sobre a violência sexual editada pelo Ministério da Saúde de 01 de abril de 2013, [que] definiu as regras para habilitar o funcionamento dos serviços de atendimento integral às pessoas em situação de violência no âmbito do SUS.” (Texto-Base da IV CNPM, 2015).
“Entretanto ainda existem muitas brasileiras que sofrem com as mais diversas formas de violência discriminações e salários desiguais” (Texto Base da IV CNPM, 2015).
“A construção da Casa da Mulher Brasileira, Lei do Feminicídio foram conquistas e dos desafios indicados são: [...] violências urbanas e domésticas; [...] atendimento humanizado, com qualificação profissional e com formação continuada; [...] criação de um Juizado especial de Violência de Gênero; atendimento no diuturnamente das delegacias” (Resumo do CMDM acerca das deliberações da V CPM, 2016).
“A pauta da violência é tão universal que mesmo as mulheres de direita acabam fazendo, ainda que de maneira rudimentar, atravessada, capturada, um discurso contra a violência contra a mulher, pelo menos contra essa violência mais severa física doméstica feminicida” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).
“Acho que tem um recrudescimento principalmente no período facínora e depois pandêmico. Então agora nos reerguemos! Eu acho que a pauta da violência é a única pauta que une todas as mulheres em qualquer lugar do mundo” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).
“O maior problema de segurança pública do país é a violência doméstica, [...] porque se deslocarmos a discussão de segurança pública para violência contra a mulher, deslocamos um olhar inteiro de punitivismo no Brasil. Hoje a segurança pública só serve para matar jovens negros periféricos, enquanto em relação à violência contra a mulher [fica sem resolução].” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).
“Ficou martelando aqui na minha cabeça de como a violência de gênero tem a mesma causa filosófica da violência homofóbica lesbofóbica transfóbica e isso tem se acirrado muito nesses últimos tempos cada vez mais conservadores então essa tem sido também uma pauta muito importante para nós” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).
“A violência é a resposta ao nosso processo de ocupação de espaços de poder decisão e empoderamento resposta violenta aos nossos corpos livres na rua, nossas mentes livres em circuito” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).
“Eu acho a Casa da Mulher Brasileira uma política potente, mas não responde como um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, porque o Sistema não é só sobre segurança pública, muito menos só o pós-violência.” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).

No caso do Setor Educacional, representado no *Gráfico 8 abaixo*, as palavras mais específicas foram “movimento”, “informação” e “coletivo”, evidenciando um discurso educativo, formativo, intermediário entre ação social e a reflexão crítica. As educadoras debateram a dificuldade das mulheres em participar de movimentos sociais e a falta de

informação sobre políticas públicas, sobretudo sobre os programas federais para as mulheres.

Gráfico 8 – Especificidade do grupo focal com o Setor Educacional (2025)



Os segmentos de texto do *Quadro 4* abaixo mostram que o tema da informação também se mostrou presente no grupo focal da sociedade civil e do sindicato, sendo que, no primeiro caso, a temática apareceu atrelada à questão da participação social e, no segundo caso, à preocupação com a formação política das novas gerações.

Quadro 4 - Comparações entre o contexto de uso das palavras mais específicas do Grupo Focal do Setor Educacional (2025)

Informação
“As Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres Rurais em Situação de Violência [...] que fazem parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e se somam ao programa Mulher Viver sem Violência, tem como objetivo integrar serviços para aplicação da Lei Maria da Penha no campo, na floresta e nas águas. Com essa ação são levados serviços de segurança pública, justiça, assistência

psicossocial e informação sobre a Lei Maria da Penha para cerca de 15 milhões de brasileiras, que vivem em áreas remotas do país.” (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“Um outro apontamento foi recomendar a inclusão sobre a questão de gênero no currículo de todos os níveis de educação; garantir na concessão de canais abertos de TV programas de formação política, democratizando os meios de comunicação abordando a importância da mulher na construção e no desenvolvimento do país.” (Resumo do CMDM acerca das deliberações da V CPM, 2016).

“Recebemos um monte de informações, ideias, conhecimentos, mas é no coletivo, quando as pessoas estão reunidas, que se chega a um consenso, que se decide sobre o que vale a pena lutar. [...] porque uma coisa é ter a informação outra é transformar isso em prática e para isso é preciso juntar as pessoas discutir pensar juntas. [...] Bastou nos inculcar a ideia de que basta ter informação como se isso eliminasse a necessidade de reunir um grupo de ter uma causa de conversar discutir e refletir juntas parece que o excesso de informação se tornou suficiente” (Grupo Focal Setor Educacional, 2025).

“Eu estou adquirindo um conhecimento que, de outra forma, eu talvez não teria. A partir disso, eu vou levar esse conhecimento para a minha escola e, ali, eu vou repassar para outras pessoas. Isso vai reverberando, empoderando outras mulheres e ampliando o acesso à informação. Muitas vezes, nós estamos inseridas em determinados momentos ou rodas de conversa que não têm nada a ver com a nossa realidade. E aqui, nesta conversa, nós estamos tratando de questões que são nossas, da mulher, dos problemas que a mulher enfrenta para participar de atividades e movimentos. Eu acho que, se nós levarmos esse diálogo para as mulheres, para as alunas e para as mães das alunas, e formos criando esse círculo, isso vai se expandindo” (Grupo Focal Setor Educacional, 2025).

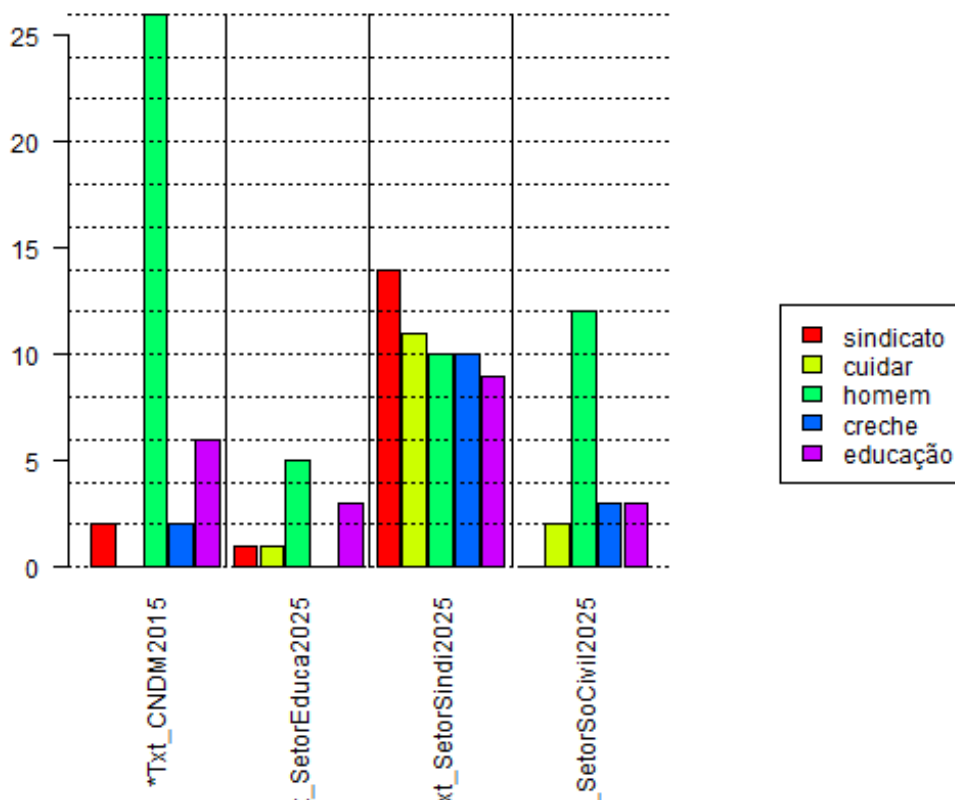
“Essa pergunta representou um desafio para mim. Eu acho que precisamos refletir sobre a sustentabilidade institucional desses coletivos, sobre a visibilidade deles e sobre como nós também podemos contribuir para disseminar essas informações. [...] Eu gosto muito de guias e costumo produzir vários, [...] assim as pessoas poderiam consultar esse guia e ter acesso rápido às informações” (Grupo Focal Setor Sociedade Civil, 2025).

“Talvez seja o momento de investirmos em nossas meninas, nossas jovens, trazer para nosso lado. Hoje elas não têm muita informação das lutas que travamos todos os dias” (Grupo Focal Setor Sindical, 2025).

Por fim, foi na Análise de Especificidade do discurso do Setor Sindical que a temática da sobrecarga das mulheres com as atividades de cuidado apareceu com grande relevância, como um obstáculo para a inclusão produtiva das mulheres e para a sua participação social e política. Além do cuidado ser visto como um trabalho invisibilizado, a presença dessa discussão entre as militantes sindicais foi favorecida pelo fato das participantes terem histórias de vida marcadas tanto pela maternidade, quanto pelos cuidados com os pais idosos. O grupo também debateu a baixa presença da mulher na

estrutura sindical e a necessidade de socialização do cuidado e de ressignificação das pautas da creche e da educação infantil como um problema de toda a sociedade, e não só da mulher.

Gráfico 9 – Especificidade do grupo focal com o Setor Sindical (2025)



O *Quadro 5* abaixo mostra que no município de Campinas, embora a categoria cuidado ainda não estivesse presente de modo mais explícito como no Texto Base da IV CNPM (2015), as demandas por mais creches, atividades no contraturno escolar e pelo compartilhamento dos “trabalhos domésticos” já eram pautas do movimento de mulheres e que, hoje, ganharam novos contornos e densidade.

Quadro 5 - Comparações entre o contexto de uso das palavras mais específicas do Grupo Focal do Setor Sindical (2025)

Cuidado
“Trata-se, portanto, de reconhecer que há uma dinâmica de continuidade entre produção e reprodução social e que a sustentabilidade da vida humana depende do

trabalho doméstico e de cuidados que em nossa sociedade é realizado quase em sua totalidade pelas mulheres” (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“[Trata-se] de articular outras modalidades de realização do trabalho doméstico e de cuidado para que não seja resolvido apenas no âmbito familiar e que implique o envolvimento do estado com a socialização de uma parte desse trabalho e com a ampliação dos equipamentos públicos” (Texto Base da IV CNPM, 2015).

“Por fim, é necessário um esforço das esferas públicas municipais, estaduais e federal para que a mulher possa participar efetivamente da vida pública. É necessário criar condições na vida privada incentivando o compartilhamento dos serviços domésticos; estejam asseguradas creches e matriculados nas escolas e que no contraturno estejam desenvolvendo atividades esportivas, culturais e políticas para o entendimento e construção de um país mais afirmativo, equitativo e mais democrático para todas as faixas etárias” (Resumo do CMDM acerca das deliberações da V CMPM, 2016).

“O grupo humano que cuida daquela criança tem que ter [responsabilidade], não é só a mulher. Hoje eu tenho essa noção. [Precisamos] de uma visão que libere o feminino para o feminino, porque esse lugar do cuidado - cuidar da mãe, cuidar do pai, cuidar da criança, cuidar da saúde, cuidar da casa, cuidar do velho - não é nosso lugar; deveria ser uma preocupação de todo mundo” (Grupo Focal Setor Sindical, 2025).

“Desde a pandemia eu sinto que essas relações não voltaram ao normal e se assumiu mesmo que as mulheres têm que cuidar. Isso é um retrocesso!” (Grupo Focal Setor Sindical, 2025).

“[Passamos a vida] dando conta da casa, ainda naquele projeto de cuidar da casa e cuidar da família e do marido. Eu passei por isso quantas vezes... quantas omissões, quantas vezes eu larguei de fazer os meus projetos para me dedicar a filho, a um emprego ou uma aposentadoria melhor” (Grupo Focal Setor Sindical, 2025).

“Esse sistema neoliberal faz com que fiquemos condicionadas e presas dentro de uma estrutura em que as mulheres trabalham fora, depois cuidam da casa, dos filhos; e algumas acumulam 3 ou 4 empregos” (Grupo Focal Setor Educacional, 2025).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem qualitativa, por seu caráter interpretativo, permite analisar sentidos e significados dos discursos. O presente diagnóstico sobre a percepção de mulheres de Campinas acerca dos temas da participação social, das políticas públicas e da representatividade feminina nos espaços de poder e decisão permite concluir que o Texto Base da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizada em 2016 fez uso de vocabulário e informações que se distanciam da linguagem mobilizada pelas mulheres de Campinas, tanto em 2016 quanto hoje, em 2025. Ao mesmo tempo, apesar desse distanciamento evidenciando pela Análise Fatorial de Correspondência (AFC), os

temas estavam presentes na esfera local e mantiveram-se presentes da percepção das mulheres na atualidade.

Ademais, a discussão dos resultados aponta para a importância da ampliação dos mecanismos de participação social nos territórios e do fortalecimento das instituições participativas previstas na Constituição Federal de 1988, tais como Conselhos e Conferências de Políticas Públicas, na medida em que se constituem em dispositivos importantes para a estruturação de demandas sociais que emergem dos territórios e que, sem eles encontram dificuldade de traduzir-se em pressão política para a garantia dos direitos já conquistados pelas mulheres e de sua expansão.

A análise dos discursos produzidos no âmbito dos grupos focais exploratórios realizados pela pesquisa identificou os seguintes desafios a serem debatidos pela sociedade e enfrentados pela gestão pública municipal de Campinas, em articulação com as instâncias estadual e nacional:

- Melhorar as estruturas institucionais para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas, na perspectiva de gênero, que mude a estrutura do poder patriarcal e corrija as desigualdades;
- Melhorar a intersetorialidade real e a articulação com programas e sistemas (nacional-estadual-municipal) que beneficiam as mulheres, promover inclusive o acesso à informação sobre programas federais;
- Valorizar e favorecer a participação social dos movimentos e coletivos feministas e de mulheres no ciclo das políticas públicas;
- Melhorar o sistema de notificação de violência contra a mulher, integrando todos os serviços;
- Enfrentar o problema da sobrecarga das mulheres com a casa, a família e as demandas do cuidado, com políticas de liberação do tempo, de mudança cultural, garantia do direito ao cuidado e da proteção social a quem cuida;
- Ampliar a participação das mulheres na política e espaços de decisão;
- Valorizar as equipes de atendimento público à mulher, para garantir melhoria no acesso à população.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012.

ARRETCHE, M. T. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**. Vol. 14, nº 40, junho/1999.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. 14, nº 1, p.43-64, junho/2008.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FARIA, Claudia Feres; SILVA, Viviane Petinelli; LINS, Isabella Lourenço. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 7, p. 249–284, 2012.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livros Editora, 2005.

LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. “Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate”. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 1, p. 157-187, abril/2015.

NASCIMENTO, A.R.; GRIN E. Poder local e gestão pública: dimensões para análises da governança municipal. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**. Vol. 6, nº 3, p. 3-20, dez/2021.

PUNCH, Keith F. **Introdução à pesquisa social: abordagens quantitativas e qualitativas** (tradução Daniela Barbosa Henriques). 1ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

8. FONTES

Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM) de Campinas. RESOLUÇÃO CMDM nº 01/2014.

Resumo das Deliberações da Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres (V CPM), CMDM, Campinas, 2016.

Texto Base da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (IV CNPM), CNPM, Brasília, 2015.

Transcrição do Grupo Focal Setor Educacional, Observatório PUC-Campinas, Campinas, 2025.

Transcrição do Grupo Focal Setor Sindical, Observatório PUC-Campinas, Campinas, 2025.

Transcrição do Grupo Focal Setor Organizações da Sociedade Civil, Observatório PUC-Campinas, Campinas, 2025.

9. APÊNDICES

a. APÊNDICE A: Roteiro do grupo focal

ROTEIRO

Etapa 1: Esclarecimentos iniciais (+ou- 5 min)

- Explicar justificativa e objetivo do encontro;
- Pedir autorização para gravar;
- Explicar que a fala de todas é importante, mas que a dinâmica é fluída e não de perguntas e respostas fechadas.

Etapa 2: Autodescrição e descrições das participantes (+ou- 10 min)

- Professora-pesquisadora e aluna-monitora se apresentam (atuação profissional/formação, idade, local de residência, motivação pela matéria que será debatida).
- Abrir para participantes se descreverem.

Etapa 3: Aquecimento (+ou- 10 min)

- Cada uma faz seu comentário geral sobre o assunto de aquecimento:
 - A partir da experiência de vocês, de 0 (zero) a 10 (dez), como vocês avaliam o desempenho do Estado brasileiros e dos governos na garantia dos direitos das mulheres? Justifique a nota atribuída.

Etapa 4: Discussão sobre tópicos (total de +ou- 1 hora e 30 min)

1º Tópico: SOCIEDADE CIVIL, DIREITOS E OPORTUNIDADES

- Qual a contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades?
- Quais são os desafios que hoje se colocam para que a sociedade civil, em especial o movimento feminista e de mulheres, possa continuar impulsionando o desenvolvimento das políticas para as mulheres na busca da igualdade de gênero e dos seus direitos?

- Vocês conhecem organizações da sociedade civil que atuam na defesa de direitos das mulheres em Campinas e região? O que vocês sabem sobre a atuação delas e qual sua opinião sobre a relevância dessas organizações?
- Há dez anos foi debatido a importância dessas iniciativas de participação das mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e de oportunidades. O que vocês pensam sobre isso?
- Vocês acham que esses processos participativos têm sido suficientes para fazer as demandas das mulheres, em sua diversidade, chegarem até os lugares de poder? Quais seriam as estratégias para melhorar essa incidência política?

“Uma coisa que me surpreendeu é que ninguém mencionou nada sobre _____ . Isso é importante ou não?”

“Uma coisa que eu ouvi algumas de vocês colocarem é que _____ . Eu me pergunto o que as demais teriam a dizer sobre isso?”

2º Tópico: ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

- Em 2009, 18,7% do total de 5.570 municípios brasileiros tinham estrutura para formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres. Em 2013 esse número saltou para 27,5% e, em 2023, para 31,3%. Campinas não tem uma secretaria própria, nem um Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, embora a prefeitura declare ter 20 políticas públicas municipais voltadas para as mulheres. Então, vamos conversar um pouco sobre políticas públicas para as mulheres e qual a prioridade que Campinas deveria ter ou está tendo em relação às políticas para as mulheres.
- Quais ações do governo estadual ou municipal (projetos, programas, serviços) vocês consideram importantes para a equidade de gênero, a igualdade e a justiça social?

“Uma coisa que me surpreendeu é que ninguém mencionou nada sobre _____ . Isso é importante ou não?”

- CUIDADO. Quais serviços públicos vocês têm conhecimento ou acham que seria importante de existir para que o trabalho doméstico e de cuidado das pessoas não acontecesse apenas no âmbito da família pelas mulheres, mas também que fosse coletivizado e apoiado pelo Estado?
- EDUCAÇÃO. Ampliação de vagas em creches, escolas bem localizadas considerando o local de moradia e rotina de trabalho dos responsáveis, contraturno escolar, ações para educação antirracista e antisexistas, EJA.
- SAÚDE. Consultas, exames, urgências, direitos reprodutivos, saúde mental etc.
- TRABALHO. Incentivo do Estado para inclusão produtiva das mulheres nas empresas (ex: licença paternidade ou contratação de mulheres em setores tradicionalmente masculinos), direitos e garantias para as trabalhadoras, oportunidades de qualificação profissional e carreira.

3º Tópico: SISTEMA POLÍTICO, PARTIDOS E ELEIÇÕES

- Uma feminista francesa do século XVIII disse que se ela como mulher podia subir ao cadafalso (onde estava a guilhotina preparada para lhe matar) devia ter o direito de subir também à tribuna. A participação política das mulheres no Brasil ainda é baixa. Então vamos conversar sobre isso.
- Como vocês avaliam a distribuição de sexo no atual sistema partidário e político no Brasil? Em Campinas e no Estado de São Paulo tem ou já teve mulheres como vereadoras, deputadas e prefeitas? O que vocês sabem sobre elas?

“Uma coisa que eu ouvi algumas de vocês colocarem é que _____ . Eu me pergunto o que as demais teriam a dizer sobre isso?”

4º Tópico: REGULARIDADE E PERMANÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES

- Vocês acham que os temas que discutimos até agora sobre a vida das mulheres tem sido tratado de modo consistente ao longo dos anos e dos diferentes governos?

- Os avanços conquistados até hoje poderão ser mais bem articulados se estiverem sob uma mesma coordenação de diretrizes e princípios que agreguem os governos dos entes federados e a sociedade civil?
- Um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) permitiria pensarmos de forma articulada e colaborativa às ações dos entes federados para a execução da política e prosseguir compatibilizando as ações propostas no PNPM com as previsões do Plano Plurianual (PPA)? Por exemplo, no caso da saúde a existência do Fundo Nacional da Saúde permite que o Ministério da Saúde transfira recursos próprios aos estados e municípios que aderiram ao SUS. É a chamada transferência fundo a fundo, que só é possível caso haja o fundo correspondente em cada ente federado.

Etapa 5: Encerramento

- O que vocês acharam da experiência de participar dessa atividade? Há algo mais que gostariam de comentar?

b. APÊNDICE B: Formulário “Perfil das participantes e declaração de ciência”

Perfil da participante e declaração de ciência

Esse formulário se destina a completar as informações sobre o perfil das participantes dos grupos focais realizados pela professora Stela Cristina de Godoi, do Observatório PUC-Campinas, para a pesquisa exploratória sobre a percepção de mulheres de Campinas acerca das discussões sobre políticas públicas para mulheres. Além desse objetivo, o formulário visa formalizar o compromisso da equipe de pesquisa em manter o anonimato das participantes. As informações desidentificadas foram debatidas no âmbito da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em 11 de junho de 2025, e irão compor o Relatório Técnico "Balanço sobre discussões da IV CNPM e V CMPPM(2016-2025): um estudo exploratório da percepção de mulheres de Campinas-SP", o qual será publicizado no site do CMDM e poderá ser apresentado parcialmente em notas técnicas e textos para discussão do Observatório PUC-Campinas, de modo gratuito e sem fins lucrativos. Muito obrigada pela grande contribuição que sua participação tem trazido para as reflexões do CMDM!

1. Primeiro nome

2. Data de nascimento

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

3. Cor/raça

- ☐ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena
- ☐ prefiro não me identificar

4. É uma pessoa com deficiência

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

5. Orientação sexual

☐ Heterossexual

☐ Homossexual

☐ Bissexual

☐ Outra orientação

☐ prefiro não me identificar

6. Identidade de gênero

☐ Mulher cisgênero

☐ Mulher transgênero

☐ Não-binária

☐ Outra identidade de gênero

☐ Prefiro não me identificar

7. Região de Campinas onde **reside**:

☐ Região Norte

☐ Região Sul

☐ Região Sudoeste

☐ Região Leste

☐ Região Noroeste

8. Região de Campinas onde atua ou atuou (profissionalmente):

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Região Norte
- ☐ Região Sul
- ☐ Região Sudoeste
- ☐ Região Leste
- ☐ Região Noroeste

9. Estou de acordo com o uso dos dados desidentificados, cedido voluntariamente por mim para este estudo.

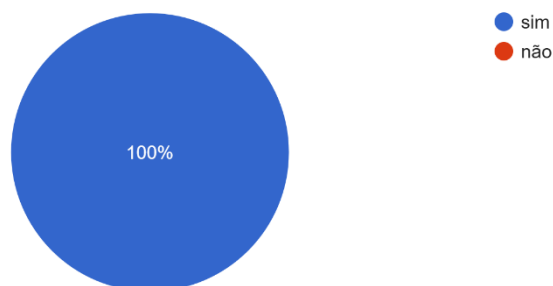
☐ sim

☐ não

c. APÊNDICE C: Declaração de aceite sobre o uso de informações

Estou de acordo com o uso dos dados desidentificados, cedido voluntariamente por mim para este estudo.

18 respostas



10. ANEXOS

- a. **ANEXO A: “Resumo das deliberações produzido pela Comissão Organizadora da V Conferência municipal de políticas públicas para as mulheres (CMPPM). Campinas, 2015)”.**



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM CAMPINAS

Resumo das deliberações da Conferência para o fortalecimento da política para as mulheres:

A V Conferência Municipal de Políticas Públicas para Mulheres foi um momento importante para fazer uma análise das resoluções anteriores e de discussão e construção coletiva para velhos e novo desafios.

A Comissão organizadora da VCMPPM teve o cuidado de explorar o texto e transferir para uma linguagem mais acessível para a compreensão de todas as participantes. Contudo, percebemos que há um distanciamento, provavelmente por falta de informações, para difundir os serviços, a política e o despertar da sociedade para questões tão importante que é a equidade de gênero. Paradoxalmente, quando se inicia os debates, há um reconhecimento das demandas, por permearem o dia a dia: violências urbanas e domésticas, tripla jornada para as mulheres, falta de estrutura, de recursos humanos e o não atendimento no diuturnamente das delegacias, entre outros.

As pré-conferências foram realizadas no dia 18 de julho, em 05 regiões distintas, simultaneamente, os assuntos que embalaram as discussões eram já conhecidos.

No eixo sobre os Conselhos dos Direitos da Mulher e sobre os movimentos feministas e de mulheres de forma geral, os avanços apontados, se deu no âmbito federal. Muito pelos esforços do Movimento e dos Conselhos indicando políticas públicas emergenciais. Portanto, a construção da Casa da Mulher Brasileira, Lei do Feminicídio e dos desafios foram conquistas e dos desafios indicados são: Planos Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres, Construção de um cadastro para mapear a atuação feminina, criação de fundos municipais e fortalecimento das redes da mulher, envolvendo mais entidades públicas e movimentos sociais.

Todavia, não houve avanços a área da educação. É preciso construção de creches públicas e escolas laicas, com respeito a diversidade, orientação sexual e com especial atenção a igualdade de gênero. Nesse sentido é crucial o cumprimento das leis de combate ao racismo, lei Maria da Penha, do feminicídio,

combate a lesbofobia. Criar políticas de atenção à população carcerária e, que haja em todos os concursos públicos itens sobre a legislação a respeito da igualdade de gênero e assédio sexual no trabalho.

No quesito instituições e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, entende-se que houve uma melhora na localização e instalação do Centro de Referência e Apoio à Mulher de Campinas, mas ainda carece de aumentar a equipe de atendimento. O grande impasse se dá na estrutura e qualificação da coordenação municipal da Coordenadoria da Mulher. Não existe ali uma equipe de trabalho. Também não se percebe uma interlocução ao menos com o poder executivo e legislativo para promoção das políticas públicas. Tampouco existe uma aproximação com os movimentos sociais. Nesse sentido, se faz necessária a criação da Secretaria Municipal da Mulher. É necessário um atendimento humanizado, com qualificação profissional e com formação continuada. A criação de um Juizado especial de Violência de Gênero poderá agilizar os processos, contribuindo para a confiabilidade e segurança das mulheres.

No que se refere ao sistema político com participação das mulheres e igualdade as recomendações são para execução de medidas específicas para proporcionar maiores condições de engajamento da mulher na esfera política; ratificação da convenção 156 da OIT que trata do compartilhamento de responsabilidades familiares; revisar a PL 130 no Senado acerca da igualdade salarial entre mulheres e homens que realizam as mesmas funções trabalhistas. Incentivar os sindicatos para que cumpram cotas de gênero proporcionais ao número de mulheres nas categorias.

No quarto e último eixo que trata do Sistema Nacional de Políticas Públicas para Mulheres pautou-se: 1- a mulher no mercado de trabalho e a forma de combater a desigualdade salarial; 2- em que condições as mulheres são incluídas na vida pública; 3- como financiar projetos/ações para as mulheres a partir de instrumentos que já existem? A tripla jornada de trabalho e a violência doméstica são graves entraves. A criação de mecanismos para fiscalizar e aplicar multa em empresas públicas e privadas e que descumpram a igualdade salarial para a mesma função. Um outro apontamento foi recomendar a inclusão sobre a questão de gênero no currículo de todos os níveis de educação; garantir na concessão de canais abertos de TV programas de formação política, democratizando os meios de comunicação abordando a importância da mulher na construção e no desenvolvimento do país. Para isto, a formação política é crucial. Outro meio de participação são as vias eleitorais, mas para isto, é importante garantir financiamento público para as campanhas eleitorais e que sejam financiadas de

forma paritária para homens e mulheres dentro dos partidos políticos e parlamentos.

Por fim, é necessário um esforço das esferas públicas municipais, estaduais e federal para que a mulher possa participar efetivamente da vida pública. É necessário criar condições na vida privada incentivando o compartilhamento dos serviços domésticos; estejam asseguradas creches e matriculados nas escolas e que no contraturno estejam desenvolvendo atividades esportivas, culturais e políticas para o entendimento e construção de um país mais afirmativo, equitativo e mais democrático para todas as faixas etárias. Que o Brasil possa extinguir a violência contra as mulheres pelo simples fato de serem mulheres.